

# ETNOGRAFIAS DECOLONIAIS: POSSIBILIDADES DE CRÍTICA CULTURAL AOS MODELOS DE “DESENVOLVIMENTO” E À (IN) SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL AO SUL DO BRASIL

**Margarete Fagundes Nunes**  

Universidade Feevale

**Ana Luiza Carvalho Rocha**  

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

submissão: 09/03/2021 | aprovação: 03/08/2021

## RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre Etnografia da Duração, Memória do Trabalho, Memória Ambiental e Decolonialidade, tendo como lócus de investigação o Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. A partir das categorias trabalho, paisagem e relações étnico-raciais buscamos apreender a rítmica das ocupações territoriais e os conflitos entre diferentes grupos na disputa pelos recursos naturais para a configuração dos territórios e das paisagens urbanas. Apoia-se na Etnografia da Duração articulada ao conceito de decolonialidade, lançando mão de narrativas dos interlocutores da pesquisa e de outras narrativas escritas que versam sobre a região dos Sinos, ao longo da sua fundação e formação.

**Palavras-chave:** Etnografia da Duração; Decolonialidade; Paisagem Urbana.

### **DECOLONIAL ETHNOGRAPHIES: POSSIBILITIES OF CULTURAL CRITICISM OF “DEVELOPMENT” AND SOCIO- ENVIRONMENTAL (IN)SUSTAINABILITY MODELS IN SOUTHERN BRAZIL**

### **ETNOGRAFÍAS DECOLONIALES: POSIBILIDADES DE CRÍTICA CULTURAL DE MODELOS DE “DESARROLLO” Y (IN) SUSTENTABILIDAD SOCIOAMBIENTAL EN EL SUR DE BRASIL.**

#### ABSTRACT

The article presents a discussion on the ethnography of duration, memory of labour, environmental memory, decolianity, having rio dos Sinos Valley/RS, Brazil as the locus of investigation. From the categories work, landscape and ethnic-racial relations, it seeks to understand the rhythm of territorial occupations and the conflicts between different groups in the dispute for natural resources for the configuration of territories and urban landscapes. It relies on the ethnography of duration articulated with the concept of decoloniality, making use of narratives from the research interlocutors and other written narratives that tell about the Sinos region, throughout its foundation and formation.

**Keywords:** Ethnography of duration; Decoloniality; Urban landscape.

#### RESUMEN

El artículo presenta una discusión sobre etnografía de la duración, memoria del trabajo, memoria ambiental y decolonialidad, teniendo como lugar de investigación el Valle do rio dos Sinos/RS, Brasil. Desde las categorías trabajo, paisaje y relaciones étnico-raciales, se busca comprender el ritmo de las ocupaciones territoriales y los conflictos entre diferentes grupos en la disputa por los recursos naturales para la configuración de territorios y paisajes urbanos. Se sustenta en la etnografía de la duración articulada con el concepto de decolonialidad, haciendo uso de las narrativas de los interlocutores de investigación y otras narrativas escritas que abordan la región del Sinos, a lo largo de su fundación y formación.

**Palabras claves:** Etnografía de la duración; Decolonialidad; Paisaje urbano.

## 1 INTRODUÇÃO

Nossas pesquisas na região do Vale do Sinos, Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, têm como inspiração os estudos desenvolvidos por Devos (2007, 2009) no arquipélago das Ilhas de Porto Alegre (RS). O autor propõe o conceito de memória ambiental para análise e interpretação das formas da vida urbana que conjugam as experiências do tempo dos seus habitantes em sua íntima relação com o ambiente que os cercam. Tendo como referência o estudo da memória como espaço fantástico, na linha dos estudos sobre Etnografia da Duração (Eckert & Rocha 2013), Devos (2007) procura compreender a forma como os ilhéus refletem sobre as transformações da paisagem da região ao longo do tempo e, do mesmo modo, como essas paisagens reagem a essa presença.

Nesse sentido, nossas pesquisas sobre a matriz operário-industrial implantada na região do Sinos, em especial, a de produção do couro e do calçado, que teve seu apogeu e crise ao longo do século XX, tecem fortes laços com os procedimentos de pesquisa adotados por Devos (2007, 2009) sobre o delta do rio Jacuí, na região do lago Guaíba, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Quando utilizamos o conceito de paisagem,

concordamos com a visão simmeliana de que ela é a delimitação do todo, é parte da unidade que é a natureza, mas, para a sua demarcação, necessita do olhar humano, pois é modelada por uma disposição estética pela “individualização das formas interiores e exteriores da existência”, pelo gesto espiritual humano que, ao individualizar, deseja retornar ao todo pela parte. A paisagem não é tão somente um conjunto de elementos objetivos e extrínsecos, ela é também resultado da produção espiritual humana (Simmel 1996).

Neste artigo, tratamos de alguns aspectos dos estudos de Etnografia da Duração (Eckert & Rocha 2013) como forma de procedermos ao conhecimento dos arranjos entre cidade e natureza que dão origem às paisagens de nossas metrópoles contemporâneas, em particular, à luz dos fenômenos da memória em suas interconexões com o mundo do trabalho. Eckert e Rocha (2013) propõem o estudo das feições do tempo para a compreensão das formas de vida que transcorrem nos contextos urbano-industriais, focando na investigação da rítmica incessante das interações dos habitantes com o ambiente cósmico e social que os cercam, e vice-versa, isto é, no modo como o ambiente cósmico reage a essa presença.

1 A bacia do rio dos Sinos integra 32 municípios. Possui cerca de 190 km de extensão desde a nascente, no município de Caraá, até a foz, no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. As terras baixas do rio dos Sinos formam o Vale do Sinos, englobando 14 municípios da Região Metropolitana, entre eles o município de Novo Hamburgo. Fonte: <http://www.comitesinos.com.br/bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos>.

Por meio da nossa adesão à Etnografia da Duração também atentamos para o modo como os habitantes da região do Sinos, nossos interlocutores, interpretam e dão sentido às suas ações e itinerários urbanos, às suas lembranças acerca do trabalho, das relações étnico-raciais, das paisagens urbanas e dos conflitos socioambientais. Do mesmo modo, trazemos, como parte desta etnografia da duração, narrativas de cronistas, viajantes, intelectuais, políticos e outros personagens da vida urbana a fim de compreender as imagens e representações que fundam uma memória social da região que dialoga com as memórias coletivas dos seus habitantes (Eckert & Rocha 2013). Trata-se de uma pluralidade de vozes que integram as coleções etnográficas, dentre as quais estão as vozes dos próprios antropólogos (as) na condição de narradores urbanos (Rocha & Eckert 2005). Consideramos, igualmente, as transformações das paisagens urbanas e os agenciamentos das matérias terrestre e aquática na sua intrínseca relação com a implantação de uma matriz operário-industrial na região do Sinos.

Privilegiamos o contexto da bacia hidrográfica do rio dos Sinos como delimitação geográfica de nosso universo de pesquisa, considerada, aqui, por conter diferentes escalas espaço-temporais, tal qual propõe Little (2004, 2006), ao dizer que os conflitos socioambientais só podem ser estudados

etnograficamente quando se leva em conta os multiatores envolvidos - sociais e naturais - em seus diferentes níveis de escala, o que ele denomina de conexões fractais. Assim, seguindo a proposta do autor, por contemplar distintos ecossistemas na dinâmica de suas águas, a bacia do Sinos, em nossas investigações, torna-se o foco de análise de conflitos socioambientais. No interior do fluxo de suas águas, acabamos operando com diferentes escalas para o estudo da memória ambiental e dos laços estreitos com as memórias do trabalho nos curtumes e nas fábricas de calçados e componentes para calçados que ali se localizaram ao longo do tempo.

A bacia hidrográfica torna-se, portanto, uma entidade geográfica estratégica que permite acessar os ecossistemas onde diversos grupos sociais, oriundos de distintas tradições sociohistóricas e com suas respectivas instituições socioeconômicas, construíram e constroem modos de vida particulares.

Em nossas reflexões sobre as dinâmicas da vida urbana e industrial no Vale do Sinos, observamos um isomorfismo profundo com a dinâmica das águas. As águas urbanas - rios, canais, arroios... - atuaram ao mesmo tempo como separação e ligação entre territórios vizinhos. Nas metáforas de Simmel (1988), foram concomitantemente ponte e porta, espaços que marcaram a passagem

dos microcosmos da casa e da vizinhança para o universo da cidade.

Para atingir nossos objetivos tratamos o tema, inicialmente, apresentando um breve panorama de nossas filiações teórico-conceituais, desde os procedimentos da Etnografia da Duração à nossa proposição conceitual das Etnografias Decoloniais; seguida da apresentação do Vale do Rio dos Sinos e das narrativas que o configuram simbolicamente ao longo do tempo; da posterior conjugação das narrativas de alguns interlocutores diretos. Por fim, nossas considerações finais.

## 2 DAS FILIAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

A Etnografia da Duração, pela via dos estudos do imaginário, também se debruça sobre a investigação das feições do tempo que regulam a permanência, o apogeu e o declínio de uma civilização. Particularmente, focam nas modalidades simbólicas de controle do tempo que consolidam tanto o empreendimento colonial nos trópicos e a exploração de seus recursos naturais quanto aquelas que contradizem, invertem ou neutralizam as suas utopias históricas.

Apontamos para o processo infundável de construção e destruição do teatro da vida urbana nas cidades latino-americanas e seus territórios, sempre num diálogo especular com as utopias veiculadas pelos mitos histórico e progressista: o

caso da empreitada da Europa renascentista em seu movimento de conquista e colonização das terras americanas.

Com a concepção de etnografias decoloniais intentamos questionar a manutenção da situação de colonialidade do poder e do saber dos territórios localizados ao Sul do mundo, nos aspectos físicos e geográficos desses espaços - recursos naturais, fauna, flora etc. - e nas dimensões sociais e culturais e suas repercussões nos procedimentos de pesquisa etnográfica na área dos Estudos de Memória Ambiental em contextos metropolitanos. Aproximamo-nos das abordagens teóricas do Grupo de Trabalho do CLACSO, cuja leitura acerca da América Latina e de seus territórios destaca a concepção de “natureza colonizada” (Alimonda 2011). Os autores enfatizam em suas análises a supremacia do Ocidente e seus impactos na América Latina (Quijano 2005), desde a exploração dos recursos naturais e a desigualdade econômica à dominação cultural.

Na esteira, portanto, da tradição de um pensamento político ambiental complexo que se propõe a pensar a “devastação socioambiental” na América Latina (Leff 2015), nossa intenção é contribuir com a desconstrução da colonialidade do poder e do saber ainda presentes nas sociedades latino-americanas e nas narrativas das Ciências Sociais e da Natureza. Assim, entendemos a

instalação dos complexos industriais, seus saberes e técnicas correspondentes como parte constitutiva desse movimento, cujo mito fundante é a “invenção da América” (Todorov 1982), e entre seus desdobramentos está a formação dos Estados nacionais do sistema mundial moderno/colonial (Quijano & Wallerstein 1992).

Em especial, discutimos a importância de uma etnografia dos processos de exploração dos recursos naturais que caracterizaram a formação dos grandes impérios coloniais na América do Sul. Da mesma forma, abordamos os modelos de desenvolvimento presentes nas narrativas modernas de formação dos Estados-nação na região, no apogeu dos processos de descolonização da América Latina, como resíduos socioculturais derivados das recorrências simbólicas do complexo civilizacional do Ocidente nos trópicos.

Desde os tempos modernos, no Ocidente, a cidade é representada pela utopia de um espaço destinado à liberdade e à democracia. Paradoxalmente, os grandes centros urbano-industriais das cidades do Sul revelam que, apesar das experiências de suas comunidades urbanas terem frutificado à sombra de utopias progressistas e históricas que fundaram a experiência da Europa ocidental nos trópicos, ao longo dos séculos, esses ideais não se materializaram na vida social.

Os estudos de memória ambiental, nos termos

aqui apresentados, contrapõem-se à abordagem do fenômeno do tempo linear e progressista do qual resultou a “invenção da América” (Todorov 1982), e que teve por consequência o processo de “comercialização da natureza” em escala mundial como parte de um progressivo processo de exploração e dominação (Alimonda 2011).

No esforço de contribuir para formular uma “epistemologia do Sul” (Santos & Meneses 2009), o teórico Quijano (2014) alerta que a colonialidade do saber e do poder sobreviveu ao fim do colonialismo do séc. XIX e complexificou-se com a globalização, no século XX, na forma de um sistema-mundo moderno/colonial caracterizado por modos de controle sobre os Estados nacionais e seus territórios modernos/coloniais, nas suas mais diferentes escalas, configurando um sofisticado sistema de divisão de classes sociais pautado na racialidade (Quijano 2004, 2005). Novos territórios coloniais são implantados dentro dos Estados-nação, atualizando os processos de pilhagem dos recursos naturais de tais regiões.

Sem dúvida, as cidades do Sul (Comaroff & Comaroff 2010) com seus dispositivos urbanos e industriais, antigamente ditas do “Terceiro Mundo”, como quaisquer outros espaços onde a existência humana se faz presente, situam-se no centro do desenvolvimento técnico e material das sociedades humanas que se desenham na

superfície do globo terrestre e, como tal, orientam-se por dispositivos simbólicos. Em particular, as cidades tropicais resultam de inúmeros paradoxos da fundação da cidade moderna no Ocidente, da qual somos herdeiros, e que remontam aos tempos arcaicos de um violento processo de expropriação da natureza que já vinha ocorrendo desde sua gênese no continente europeu (Harrison 1992, Crosby 1986).

Neste sentido, as cidades latino-americanas, africanas ou asiáticas foram, por muito tempo, consideradas como uma espécie de laboratório de investigação do fracasso espetacular das fábulas progressistas europeias projetadas para o Novo Mundo, recriando-se entre nós, pesquisadores, uma espécie de *logos* morfológico, pautado pelo drama teleológico da cultura bíblica - da queda e da redenção moral do conquistador europeu nos trópicos - para a compreensão do processo de instalação da civilização urbana na América (Rocha 1994, 1995, Souza 1993, 2009, Holanda 1994).

Nessa linha de argumentação, não podemos nos esquecer das heterotopias que acompanham as experiências dessas comunidades e redes urbanas. Os antigos mocambos onde habitavam as populações negras e pardas do Brasil, em seus ciclos colonial e imperial, encontram-se ainda presentes nas bordas de nossas cidades republicanas e democráticas, com uma massa de pessoas vivendo

nas beiras de arroios e várzeas, lugares ermos e escuros, esquecidos dos investimentos e da manutenção de equipamentos urbanos. Os “espaços estranhos” que restituem os mitos arcaicos da fundação do “ocidente euramericano” fortemente marcados por indeterminações, precariedades e improvisações em oposição à norma. As cidades do Ocidente euramericano, erguidas com a intenção de realizarem as utopias das cidades europeias do período renascentista, apresentam-se, cada vez mais, como espaços outros e com força própria, que contestam suas idealizações primeiras, obrigando-se, ao longo de um processo de descolonização, a uma reflexão de si mesmas.

Uma arquetipologia dos gestos e dos ritos de fundação da cidade moderna, ainda que se singularize das estruturas funcionais que assumem o dispositivo urbano contemporâneo, comporta situações ou combinatórias de situações e guarda uma espessura mítica que orienta a história das sociedades humanas; muito especialmente, as utopias eurocêtricas e o espírito iluminista de conquista que inspiraram o pensamento ocidental do homem da civilização nos trópicos e o seu duplo, a saber, a figura do homem da tradição, aquela que exacerbava os temores do conquistador europeu em relação ao Novo Mundo (Rocha 1994). Nessa perspectiva, encontram-se as tradições de pensamento que associam o processo civilizacional

nos trópicos à ambiguidade das imagens de exílio e êxodo, inferno e paraíso, peregrinação e fuga, terror e cura (Taussig 1993), nos moldes de uma geografia fantástica, envolvendo toda a sorte de formas de motivações simbólicas veiculadas pela empresa colonial nos trópicos (Souza 1993): a comercialização da natureza, a evangelização das almas, a exploração dos corpos.

Somos parte dos constrangimentos da bacia semântica (Durand 1983,1984, 2007) que originou as cidades do Sul como prolongamentos dos imaginários utópicos projetados pela empresa colonial no interior de um sistema-mundo elaborado pelas cidades do Norte. Para esse autor, em seus estudos das estruturas antropológicas do imaginário, a alusão à metáfora da potamologia da bacia hidrográfica permite-nos elucidar o trajeto dos símbolos e imagens que se expressam nas obras das culturas humanas sob as pressões culturais e as contingências da história.

A Etnografia da Duração (Eckert & Rocha 2013), aplicada aos Estudos de Memória Ambiental, permite-nos tecer um fundo interpretativo para o trajeto antropológico que inaugura as relações das sociedades humanas com seu meio cósmico e social. Em especial, no Brasil, reconhecemos alguns limites de pensar em outros termos o complexo civilizacional europeu, branco e cristão, presente nas abordagens sobre o fenômeno

urbano latino-americano, e avançar para uma ruptura epistemológica (Bachelard 1968) com a colonialidade das formas de pensar ainda filiadas aos mitos de fundação da América tropical.

Mas nossas reflexões não param no reconhecimento simplista do traço, até certo ponto artificial, da modernização ocidental na América ibérica, que remonta ao passado perdido da presença europeia nos trópicos (Holanda 2000). No interior do giro epistemológico que estamos propondo, trata-se de fazer avançar uma etnografia das feições das cidades latino-americanas em suas relações com aquelas cidades europeias a partir da metáfora do espelho (Morse 1988). Comprometemo-nos com a problematização das quiméricas polêmicas que atribuímos às nossas cidades, pois elas nos permitem decifrar, segundo seu princípio de propagação das imagens, as imperfeições - os não ditos - das formas do viver urbano no coração do próprio complexo civilizacional das cidades europeias que nos servem de inspiração (Silva 1992).

Inspiramo-nos na metáfora do espelho (do Próspero), nos termos que explora Durand (1989, 1992) em seus estudos sobre mitodologia, e, quando aplicada ao que queremos tratar neste artigo, resulta em pontos interessantes de análise, ou seja, na desconstrução da experiência civilizacional do Ocidente moderno e na interpretação das

idades do Sul como possibilidade de produção de etnografias decoloniais e de pesquisas que relacionem etnografia e imaginação histórica (Comaroff & Comaroff 2010).

Se, por um lado, as cidades latino-americanas olham para si a partir do naturalismo das imagens eurocêntricas projetadas sobre elas pelo complexo civilizacional do Ocidente, numa espécie de redundância distorcida e caricatural deste último; por outro, na condição de espelho, a América ibérica fornece um ponto de sustentação para o realismo das propriedades da identidade cultural que o Ocidente moderno constrói para si. Sem dúvida, nas etnografias decoloniais, torna-se fundamental compreender os jogos especulares que reúnem as tradições culturais latino-americanas, aquelas tradições herdadas do mito prometeico e progressista veiculado pelo Ocidente moderno em escala mundial. Etnografias que nos permitam compreender os limites dos projetos de modernização e industrialização transpostos pelos impérios coloniais para a América Latina, com base nos postulados do universalismo das imagens de prosperidade das cidades europeias, desde suas origens, sem negligenciarmos que, na contrapartida, o Próspero encontra sua redenção moral na contemplação das imagens desgarradas do mundo latino.

Mas nesse jogo de espelho que reflete o olhar

de quem vê e o que as imagens projetadas na sua superfície plana contam sobre quem as contempla, há outras possibilidades. E é dela que gostaríamos de tratar, ou seja, pensar essas interpretações e representações como um jogo de espelhos, onde o “original” e o seu “duplo” se entrelaçam num emaranhado de imagens indiscerníveis, hiperbólica e indefinidamente, em torno dos julgamentos que pretendam sobre si e sobre o seu duplo, como se estivéssemos no interior da *sala de espelhos* do filme de Orson Welles, *A Dama de Shangai* (1948).

### 3 DO VALE DO RIO DOS SINOS

Nesta parte do artigo, vamos remontar alguns aspectos da Etnografia do Trabalho e da Memória Ambiental no Vale do Rio dos Sinos, sob o olhar, portanto, das paisagens hídricas e urbanas e as territorialidades que se vão delineando para as formas de comercialização da natureza e dos gestos de ocupação dos ecossistemas desencadeados pelo eurocentrismo do processo civilizacional industrial.

As atuais paisagens urbanas existentes na região do Vale do Sinos, foco deste artigo, não se afastam da imagem de “espaços migrantes”, expressão da ambivalência dos discursos coloniais, das transferências de sentidos e das múltiplas inscrições culturais que configuram o teatro da vida urbana de outras tantas metrópoles

contemporâneas pós-coloniais, latino-americanas ou não. Suas distopias atuam como verdadeiros “contralugares” que tendem a desconstruir os espaços “perfeitos” concebidos pelo eurocentrismo das fábulas progressistas que se instalaram ao longo da bacia do rio dos Sinos.

Em especial, gostaríamos de relacionar a bacia semântica (Durand 2007) de tais gestos com as motivações simbólicas de redenção moral da América ibérica que lhes são tributárias e onde o personagem mitológico do colono europeu alemão ganha destaque no mito fundacional da matriz urbana e industrial, não apenas para a região da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, mas para o Rio Grande do Sul (Nunes 2009), a despeito da preexistência da indústria das charqueadas na região de Pelotas, na parte mais meridional do estado (Pesavento 2002).

No vale do Sinos, bem como em outras regiões do Brasil, a sociedade urbano-industrial e de consumo vem acompanhada de problemas ambientais relacionados à degradação dos recursos naturais, em especial, dos recursos hídricos, por decorrência da ausência de uma mobilização da comunidade urbana quanto aos riscos ambientais da política econômica local, baseada na indústria manufatureira, numa primeira instância e, logo após, na indústria coureiro-calçadista. Tem-se, então, uma ocupação urbana sem planejamento,

marcada pela precariedade do esgotamento sanitário e pelo descarte indevido dos resíduos sólidos. Ercílio Rosa, em suas crônicas para o jornal 5 de abril, em 23 de julho de 1954, assinala: “as águas volúveis do rio dos Sinos são testemunhas de toda a evolução de um pugilo de imigrantes calcados no desejo fixo de vencer” (apud Selbach 2009:19).

Uma das características que marcam a rítmica da memória ambiental na região pauta-se pela ausência de atribuição de um valor positivo para o antigo modelo colonial extrativista que orientou as formas de acumulação projetadas pela empresa colonial da América ibérica, em particular, aquele da matriz agropastoril associada à colonização portuguesa na antiga província de São Pedro, por intermédio das sesmarias, das estâncias de pouso e das estâncias de criar. É um modelo que vai ser pouco a pouco sobre determinado por outros, oriundos de outras tradições de gestos de exploração e comercialização da natureza, no momento da passagem do Brasil colônia para o Brasil império, que se vai consolidar na matriz operário-industrial - coureiro-calçadista, química e metalúrgica -, e vai afetar, desde suas origens, a terra e os recursos hídricos da região em suas diferentes dimensões (Nunes et al. 2015).

Evidentemente, estamos realçando os arranjos espaço-temporais das formas de trabalho que se

instalam na bacia do rio dos Sinos e os impactos para os estudos antropológicos da memória ambiental na região. Entretanto, para o caso que estamos tratando, gostaríamos de deter-nos, no momento, no surgimento dos curtumes e seu impacto ambiental na bacia do rio dos Sinos, ao longo do século XX, sob o foco do paradigma da modernização (e do progresso industrial) como parte integrante das visões eurocêtricas das relações de fronteira entre humanos e não humanos, cidade e natureza, cultura e ambiente.

A referência regional e local do Vale do Sinos como a “terra das oportunidades” reatualiza o mito fundacional do paraíso terrestre que influenciou a instalação do processo civilizacional do Ocidente moderno sob os trópicos, em alusão à exploração do ambiente cósmico e social e sua mercantilização. Ainda que isso se reporte a momentos históricos, a práticas sociais, a instituições e a obras diferenciadas, mas que impregna as narrativas sobre o crescimento da indústria coureiro-calçadista na região.

Gostaríamos de ressaltar que a memória ambiental na região, e que guarda ainda suas marcas nas territorialidades e paisagens urbanas, ao longo da bacia do rio dos Sinos, é modelada por uma tópica sistêmica que potencializa ou atualiza essas tradições culturais mercantilistas, eurocêtricas, sempre em pauta na recorrência simbólica da

figura heroica do europeu conquistador, espécie de *sermo mythicus*. Tais recorrências simbólicas não se esgotam no processo de substituição da matriz extrativista e agropastoril pela matriz operário-industrial em suas inúmeras modulações; essa última, fruto da passagem do processo manufatureiro para o fabril. Como transparece nas palavras de um dos estudiosos da região (Porto 1934):

Muito em breve, inaugurando uma outra fase de prosperidade, que se vem afirmando há um século, nesse mesmo terreno sáfaro, malsinado pelos inspetores, crescerão as lavouras, e a abundância jorrará em suas caudais perenes. E fecundará o trabalho livre, arrimado pelos cantos de alegria, ou de nostalgia de terras distantes, da velha pátria de origem dos novos povoadores. (Porto 1934: 310).

O trajeto antropológico (Durand 1984) de fundação do mundo do trabalho industrial e suas repercussões para o surgimento da paisagem urbana, com a implantação da indústria coureiro-calçadista na região e seu impacto ambiental na bacia hidrográfica do rio dos Sinos, ao longo do século XX, portanto, estão intimamente associados ao mito do trabalho livre e às motivações simbólicas dos gestos e técnicas da mão de obra oriunda da imigração alemã no vale. Trabalho esse que passa a ser cada vez mais exaltado como expoente da ordem, do progresso, da harmonia e coesão social (Schemes et al. 2013).

A partir do estudo de situações, personagens e narrativas sobre o processo civilizacional que deu origem à indústria coureiro-calçadista em Novo Hamburgo, a ponto de ser batizada como a “cidade do calçado”, compreende-se a colonialidade do poder implantada na política de imigração para o Sul do Brasil, no contexto do Brasil império. O processo civilizacional do Vale do Sinos estava sob o arsenal das imagens de um progressismo prometeico, ainda incipiente com a vinda da Corte Portuguesa para o Rio Janeiro, em sua fuga das guerras napoleônicas na Europa, mas retomado de forma mais contundente no momento da descolonização do Brasil nação e seus acordos econômicos com a Inglaterra e as novas lógicas de acumulação do capital.

A expressão da América ibérica no Sul do Brasil constitui-se em referência às formas clássicas de controle e de exploração do trabalho - escravidão, servidão, pequena produção mercantil, trabalho assalariado etc. - que se articulam em torno da relação capital-salário e do mercado mundial na época áurea do mercantilismo e posteriormente.

O arsenal mitológico da imigração alemã no Rio Grande do Sul impõe-se sobre o cenário local, entrelaçando, numa coerência sincrônica, distintas culturas e seus diferentes “modos e estilos de convivência com o ecossistema da região”, traduzindo uma reserva de “saberes, tecnologias,

formas de organização social e elaborações míticas e simbólicas” (Alimonda 2011:11) singulares. Tais gestos e técnicas fundam o mundo do trabalho fabril e, posteriormente, industrial, que resultou em novos impactos para o ambiente cósmico e social herdado do Brasil colônia, em particular para as populações nativas que ainda se faziam presentes nas áreas de matas e florestas da região.

O desenvolvimento urbano-industrial torna-se manifesto, contrapondo-se ao modelo da monocultura em referência ao espaço-temporal do Brasil colônia, seguindo a lógica de reordenamento econômico dos territórios banhados pelo rio dos Sinos. Sob o impulso das elites aristocráticas locais, os descendentes dos primeiros imigrantes alemães na região iniciam gradativamente a consolidação de seus negócios, ocupando pouco a pouco espaços na política local e regional em detrimento de outros grupos étnicos e raciais.

A apropriação de territórios, antes desprezados pelas tradicionais elites gaúchas e seus modelos extrativistas, afirmaria a Europa moderna, industrial e urbana e suas formas de trabalho como centrais em relação às antigas imagens do Novo Mundo - visto como anacrônico - projetadas pela América ibérica. Conforme constata Petry (1944:10) - político, primeiro intendente de Novo Hamburgo, escritor e jornalista, fundador do jornal 5 de abril: a fauna nativa foi substituída

pelo “espírito empreendedor e previdente do povo de Novo Hamburgo que plantou no lugar da fauna nativa eucaliptos e acácias”.

Portanto, fica evidente que os gestos de trabalho estão relacionados às formas de ocupação territorial da matriz operário-industrial do Vale do Sinos, onde os diferentes grupos sociais, raciais e étnicos, ao longo do tempo, inseriram-se no interior das dinâmicas econômicas e de poder, em suas estreitas conexões com os conflitos resultantes da disputa pelos recursos naturais (Martinez-Allier 2007). Isso reverbera em termos de imagens das identidades étnico-raciais inventadas segundo o lugar que os grupos sociais ocuparam nessa divisão de trabalho: “os índios foram confinados na estrutura da servidão”, “os negros foram reduzidos à escravidão” e o europeu ao trabalho assalariado (Quijano 2005:118).

Na retórica da (des)possessão territorial ressoava, sob outras vestes, o ideário prometeico e desenvolvimentista em relação às terras que compunham a bacia hidrográfica do Sinos, materializado no desmatamento do bioma da Mata Atlântica. Os gestos dos colonos em relação à mata nativa e à vegetação das várzeas e banhados não apenas alteravam, mas domesticavam esse ambiente - cósmico e social -, retirando suas feições selváticas anteriores, para abrigar as famílias dos imigrantes do interior do Rio Grande do Sul,

que vinham para contribuir com o crescimento econômico da região. Mais tarde, porém, boa parte vai-se proletarizar nos arredores das fábricas de calçados e dos curtumes.

Nos anos 20 e 30 do século XX, quando transcorre a emancipação da cidade de Novo Hamburgo do município de São Leopoldo, há uma amplificação dos movimentos socioculturais moldados pela matriz urbana e industrial na bacia hidrográfica do Sinos, sob a expressão da figura mítica do imigrante alemão no Sul do Brasil, quando se anuncia a ascensão daqueles que virão a ser os “tubarões do couro” e de seus curtumes.

Os anos 40 do século passado vão representar, na memória ambiental do Vale do Sinos, o início das seqüências cronológicas dos movimentos míticos ascensionais que vão desembocar na construção da imagem arquetípica de Novo Hamburgo como a cidade do calçado, sob a força de racionalidades e discursos embasados na retórica da natureza inesgotável, da presença das águas abundantes dos seus cursos de rios e arroios e do trabalho livre e assalariado (Nunes et al. 2019).

O ciclo imperial no Sul do Brasil preocupava-se em cavar um fosso entre o passado e o futuro, por meio da domesticação do ambiente cósmico e social que antes predominava na bacia do rio dos Sinos: “gente ordeira, pacífica, trazendo da pátria original as noções de disciplina que foi, em todos os

tempos, o penhor da grandeza teutónica, o alemão transplantado para a América” (Porto 1934: 222).

Essa figura mitológica, “forte e paciente”, reatualiza com outro perfil o herói solar conquistador da América ibérica, repercutindo na colonialidade da paisagem o que ainda havia da antiga Mata Atlântica: “nas coxilhas areníticas ao redor de Novo Hamburgo, não existe mais mata virgem, a não ser um pequeno resto no lugar denominado Rondônia, onde antigamente se via a ‘Floresta Imperial’” (Petry 1944: 10). O processo de exploração da natureza, na sequência, vai se nutrir do ideário que regulava a dura vida dos colonos recém-chegados com a paisagem do Vale do Sinos. O gesto soberano e monárquico dos primeiros colonos alemães vai se acirrar com repercussões na etnobioidiversidade da região. Assim sendo, “se os matos naturais já desapareceram em parte, o espírito previdente e empreendedor do povo de Novo Hamburgo supriu a falta, com a plantação, em grande escala, de eucaliptos e acácias” (Petry 1944: 10).

Entretanto, a potencialidade dos antigos modelos de produção colonial e de seus sistemas de saberes do Ocidente dominante vai depositar-se na bacia do rio dos Sinos, ser atualizada no interior de um novo sistema de poder centralizado e, lentamente, impor, ainda mais, a uniformidade de certas formas hegemônicas de exploração do

meio cósmico e social, por meio dos curtumes e das fábricas.

As transformações significativas do mundo do trabalho pelo processo de mecanização agrícola e crescimento urbano, nas décadas seguintes, resultaram em um novo fluxo migratório intenso para o Vale do Rio dos Sinos, originando em Novo Hamburgo, assim como em outras cidades da região, o crescimento dos arrabaldes. As paisagens hídricas, os bairros operários, as fábricas e o cheiro de couro curtido, compunham a ambiência urbana.

Nesse percurso temporal, o Vale do Sinos rende homenagem ao mito do progresso e à visão desenvolvimentista, Novo Hamburgo é transformada em ponto terminal de uma estrada de ferro, produzindo em “grande abundância” e prosperando a “olhos vistos”, recebendo produtos vindos de carretas das colônias do entorno, acumulando-os em armazéns. Essas carretas retornavam para seus locais de origem com ferragens, tecidos e toda a sorte de artigos que suas comunidades não produziam (Petry 1944). Temos, assim, os primórdios da racionalidade progressiva dos movimentos ascensionais do mito fundacional da “Manchester brasileira”.

A instalação de uma civilização urbana e industrial no Vale do Sinos e seus devaneios megalomaniacos, nas décadas subsequentes, foram acompanhados pelo aumento expressivo

da degradação dos recursos naturais. Em especial, no caso de Novo Hamburgo, onde se intensificaram os delírios progressistas e desenvolvimentistas de romper as pontes que ligavam sua comunidade de destino ao passado, negando as origens coloniais para mergulhar, finalmente, no sonho urbano. Como consequência, redundam os problemas atuais de tratamento e abastecimento de água e de esgotos sanitários, da poluição de seus cursos de rios e arroios.

Nas décadas de 1980 e 1990 do século passado, no Vale do Sinos, bem como em outras regiões do Brasil, a sociedade urbano-industrial e de consumo vem acompanhada de problemas ambientais relacionados não apenas à degradação dos recursos naturais, em especial, dos recursos hídricos, mas também da degradação humana. No caso de Novo Hamburgo, a política econômica local, baseada na indústria manufatureira, em uma primeira instância e, logo após, na indústria coureiro-calçadista, teve como consequência a ampliação das áreas de sub-habitação, dos cinturões de miséria e das áreas de risco socioambiental.

A partir desse momento, a paisagem da região do Vale do Sinos vai expressar, portanto, os movimentos descensionais de retorno aos núcleos simbólicos mais significativos dos mitos fundacionais da América ibérica. Estamos referindo-nos à bacia semântica da qual fazem

parte os mitos histórico e do progresso do processo civilizacional no Vale do Sinos (Nunes 2009), agora, sob a pressão de outras dinâmicas culturais - a do ambientalismo e a dos movimentos ecológicos - presenciamos o que Svampa (2016) denomina de giro ecoterritorial, ou seja, novos arranjos entre cidade e natureza que vão resgatar outras formas de pensar e de agir, até o momento tidas e vistas como desaparecidas (Shiva 2002, Nunes & Rocha 2009), associadas à presença das comunidades indígenas e de afrodescendentes na região.

O resultado desse processo de longa duração tem sido marcado por dois temas: o da “ecologia dos pobres” e o da “ambientalização dos conflitos sociais”, como denominam Allier e Milanez (2015) e Lopes (2006), respectivamente. As áreas próximas aos antigos cursos das águas, hoje retificados aos trechos de matas e morros, são objetos de lutas de regularização fundiária, tendo em vista as estratégias empregadas por determinados grupos étnico-raciais empobrecidos, que têm nesses territórios da cidade sua história e memória enraizadas por gerações.

Outra faceta tem sido, desde a última década do século XX, os giros ecoterritoriais (Svampa 2016) que promoveram novas orientações no tratamento do patrimônio ambiental do Vale do Sinos: a ampliação do debate em torno da carga desigual dos custos ecológicos que a matriz

operário-industrial teuto-brasileira do mundo do trabalho provocou na região onde ela se enraizou, expressando traços anteriores do eurocentrismo germânico em relação às formas de colonialidade da natureza (Lekan & Zeller 2005), assim como do imperialismo ecológico europeu em sua formação mais arcaica (Crosby 1986).

Com o esgotamento dessa matriz nos moldes originais, em especial, no que se trata da gestão das águas urbanas, Novo Hamburgo sofre com os seus efeitos, agora sob o ideário da sustentabilidade do crescimento urbano e industrial. Apresenta problemas crônicos com o abastecimento d'água e os resíduos sólidos (quando a cidade está em desenvolvimento ocorre aumento significativo dos sedimentos das obras e demais resíduos de produção que obstruem e contaminam os sistemas hídricos); com as águas pluviais e o esgotamento sanitário, sistema de coleta e tratamento dos efluentes residenciais, comerciais e industriais; com a drenagem urbana (a urbanização tende a produzir aumento das vazões de inundações, erosão e sedimentos e piora da qualidade da água); com as inundações ribeirinhas e as questões de saúde pública (doenças de veiculação hídricas). Todos eles atravessados pelo tema da conservação, preservação e proteção de mananciais de água em contextos metropolitanos.

Nesse contexto, a Etnografia da Duração

ajuda-nos na compreensão das transformações sistêmicas das paisagens urbanas situadas no Vale do Sinos, segundo a diversidade de itinerários de sua população, levando-se em conta as múltiplas interações sociais e naturais que fundamentam os arranjos entre cidade e natureza. Não se trata de um mero registro do passado, mas sim uma reflexão sobre a diversidade sociocultural de representações simbólicas, *ethos* e visão de mundo das populações que habitam as sub-bacias e microbacias.

Cada uma das múltiplas esferas de interação tem suas próprias regras e normas de funcionamento, e é onde buscamos identificar e diferenciar os agentes sociais e os “agentes naturais”, segundo múltiplos níveis tanto espaciais quanto temporais. Da mesma forma, nessa perspectiva, é possível mapear os níveis complexos de articulações e relações entre cidade e natureza que deles decorrem (local, regional, nacional, global), sem perder de perspectiva o processo de mercantilização de seu ecossistema, herdeiro dos mitos fundacionais da instalação da “supremacia do Ocidente” na região do Vale do Sinos e de sua matriz operário-industrial.

Em alusão ao que discute Devos (2009), sobre a visão simmeliana do conceito de “tragédia da cultura” (Simmel 1988), e para o aprofundamento da memória ambiental na região do Sinos, o que vemos é menos a preocupação com a degradação

ambiental e a contaminação das águas e mais a preocupação com a crise coureiro-calçadista por parte dos habitantes locais e dos setores que atuavam diretamente em tais indústrias. Nas narrativas sobre a transformação da paisagem da região, o fechamento e o deslocamento das fábricas tornaram-se um desafio para todos que ali habitam no sentido de enquadrar as descontinuidades na forma como se apresenta a relação cidade e natureza.

Essa “tragédia da cultura” fica evidente na pesquisa de campo desenvolvida por Figueiredo (2014), que ouviu trabalhadores, empresários, sindicalistas, técnicos ambientais e gestores públicos do Vale do Sinos com o objetivo de compreender como esses diferentes agentes lidavam com a percepção de risco ambiental em relação às indústrias curtidoras e quais eram suas principais ações diante do fenômeno. O autor salienta que a percepção do risco era muito mais individual e menos coletiva, não ocasionando grandes mobilizações políticas de defesa do meio ambiente. Ao contrário, em várias passagens do seu estudo, o autor ressalta os fatores sociais e culturais ligados à percepção de risco, pois muitos trabalhadores, por exemplo, destacavam mais o temor diante do desemprego e do fechamento das fábricas do que o medo da contaminação ambiental. Esse mesmo autor (Figueiredo 2014)

aponta para as queixas dos empresários ligados às indústrias de curtimento em relação às legislações ambientais que orientaram as políticas públicas de controle ambiental a partir da década de 1980. Os conflitos socioambientais locais forçaram a migração de alguns complexos industriais para o Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

A “tragédia da cultura”, nesse caso, pode ser exemplificada pelos deslocamentos dos complexos industriais, favorecidos pelas guerras fiscais entre os estados, pela liberdade de explorar livremente o trabalho e os ecossistemas, movimento distante de qualquer pacto de defesa ambiental que pudesse ter sido elaborado e acordado por diferentes agentes: empresários, representantes do poder público e movimentos sociais.

A guerra fiscal entre os estados pela disputa da implantação de empresas e grandes corporações em seus territórios é um exemplo de preservação da colonialidade do poder e do saber. Segundo Quijano (2005), as linhas demarcatórias das relações do Velho Mundo com o Novo Mundo, desde a era colonial, sofrem transfigurações no sentido da manutenção de relações políticas e culturais excludentes entre ambos e as quais tendem a invisibilizar formas de pensar (indígenas, tradicionais, populares, leigos etc.) que não se encaixam nas formas hegemônicas. Tais relações excludentes, mantidas na modernidade ocidental e

que passam a expressar-se globalmente, segundo o autor, vão continuar a manutenção de uma divisão do mundo em zonas primitivas e zonas civilizadas. Essa mesma lógica colonial é reproduzida entre os Estados nacionais do Sul do mundo e mesmo entre regiões de um mesmo Estado-nação.

#### 4 DOS DIÁLOGOS ETNOGRÁFICOS: “ATRÁS DO BOI ESTÁ O CURTUME”

Mas se tu fores na história, logo depois da imigração, aquela rua do lado de lá, que vai de São Leopoldo para Lomba Grande, era conhecida como a Picada dos Curtumes. Em cada casa, nos fundos, tinha um curtume, porque esses caras todos, eles tiveram na Alemanha, de alguma maneira eram artesãos e tiveram que fazer a vida. Então todo o nosso artesanato, toda a nossa habilidade manual, tudo que aqui se criou veio junto com esses imigrantes [...] então a possibilidade de curtir couro, de fazer sapato, de ter confecções, de ter alfaiates, isso tudo veio no bojo da imigração alemã para cá. E tem coisas extremamente interessantes para contar, tem que me lembrar depois das charqueadas, dos negros que aí vem um treco importante. [...].

Essa relação ela foi muito bem e também houve um outro problema migratório da região quando as charqueadas começaram a ser extinguidas no Rio Grande do Sul: Pelotas, Rio Grande, as charqueadas eram baseadas em mão de obra negra e esses escravos ficaram... escravos, semi-libertos (*sic*), ficavam... eles já eram, na época, já tinha sido abolida a escravatura, mas esses caras perderam os empregos. E eles como tinham a origem no campo, na lida de campo, no abate, na esfola, no trabalho com carne, eles acabaram vindo para o setor de couro, porque eram habituados ao trabalho com peso de um boi, peso de uma pele, o peso de uma paleta,

eles tinham esse cacoete e isso trouxe uma migração de funcionários negros para o Vale do rio dos Sinos atrás de emprego. [...]

Então, nós temos uma ida do boi para o norte e atrás do boi foi o curtume. Primeiro, atrás do boi foi o frigorífico e depois atrás do frigorífico foi o curtume. Porque dificuldade de transporte, o custo da salga, com todo o problema de trazer sal para o centro oeste, trazer couro salgado do centro-oeste para cá, era mais fácil ir lá fazer a instalação do curtume e trabalhar o couro *in verde*. O que *in verde*? Tira do boi e começa a trabalhar. Não conserva. Isso foi um movimento que iniciou nos anos 70, e ele foi progressivo, foi lento ele não foi uma coisa assim, VRUM... foi... É que nem hoje, a gente fala de desmatamento da Amazônia e daí a gente aqui de longe fica pensando, mas como, a gente não vê isso né, a gente não vê esse movimento, mas ele acontece, ele é lento.

E hoje é assim, a indústria de couro no Rio Grande do Sul é um apêndice da indústria do couro do Brasil. Hoje nós temos aqui 1 milhão e meio de abate, 10% (dez) do que nós tínhamos há 35 anos atrás. Consequentemente os curtumes fecharam; o rebanho de bovinos no Rio Grande do Sul, que era expressivo, ele hoje está minguado, há números muito pequenos; se for ver estatisticamente, acho que temos um terço do que a gente tinha. Então, essas coisas foram mudando a face do setor no Estado. Por quê? Porque o setor foi migrando para o Norte e atrás do curtume vai toda a leva.” (Diretor da AICSul 2014).

O trecho da narrativa acima é de um dos nossos interlocutores de pesquisa, um dos diretores da AICSul - Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul. Realizamos essa escuta e diálogo com empresários do setor, profissionais técnicos, proprietários e ex-proprietários de curtumes entre os anos de 2013 a 2017. Na década anterior, entre

os anos de 2003 a 2012, em virtude dos projetos de extensão universitária e da pesquisa para tese de doutorado, os encontros etnográficos estavam centrados nas comunidades negras do Vale do Sinos. Nesse intervalo de tempo de quase duas décadas de pesquisa, as categorias trabalho, raça/etnia foram eixos das nossas reflexões teóricas.

Na pesquisa etnográfica com as comunidades negras do Vale, as narrativas sobre a presença negra nas indústrias curtidoras passaram a ganhar relevo porque as lembranças do trabalho realizado por avós, pais, tios, no interior desses curtumes, eram acionadas com frequência por nossos interlocutores. Desse modo, passamos a incorporar, nos estudos da memória do trabalho, a memória ambiental (Devos 2007, 2009), abrindo espaço, assim, para uma Etnografia da Duração atenta aos conflitos socioambientais resultantes da implantação e desenvolvimento da matriz operário-industrial no Vale do Sinos. Por isso, as categorias trabalho, raça/etnia, paisagem urbana e conflitos socioambientais são aqui problematizadas de modo articulado.

Nunes et al. (2013a) mostram o quanto o trabalho negro estava associado às curtidoras do Vale do Sinos, especialmente no transcorrer da primeira metade do século XX. Associação que aparece na voz dos sujeitos da pesquisa dos autores (as), como a do senhor Alcides, 74 anos, na época.

E, naquela época, eu não tenho certeza, mas meu pai contava que negro não trabalhava em calçado, só em curtume, só curtimento, porque tinha muitos curtumes, aqui em Novo Hamburgo. [...] Eu não senti isso, mas o meu pai contava que os negros só trabalhavam no curtume, só curtimento, não trabalhavam em fábrica de calçado. O meu pai sempre trabalhou em curtume, se aposentou pelo curtume. (Nunes et al. 2013:284).

Um dos nossos interlocutores da AICSul destaca o fenômeno da migração de parte da indústria de curtimento para outras regiões do Brasil, que, entre outros motivos, vai “atrás do boi”. Ele ressalta também, como estímulo para migração, os inúmeros conflitos ambientais resultantes da fiscalização e atuação de órgãos públicos por efeito do cumprimento das leis de proteção ambiental. O tenso debate e as dificuldades de negociação entre os agentes - poder público, empresários, técnicos ambientais, trabalhadores, movimentos sociais etc. - teria sido uma das causas para o fechamento das fábricas e/ou deslocamento para outras regiões.

Nas narrativas dos empresários do setor do couro do Vale do Sinos há um destaque para as dificuldades do poder público de gerenciar e liderar o processo de prevenção e controle da contaminação dos ecossistemas pelos resíduos industriais. Segundo eles, além do alto investimento para o tratamento dos resíduos, a responsabilidade para desenvolver e administrar esse serviço era

exclusividade das empresas, sem a participação do Estado.

As tensões e conflitos entre esses diferentes atores já foram exaustivamente observados e analisados por Figueiredo (2014), que aponta a importância de outro agente social, na época, ainda não citado por nós, aqui, a mídia. Segundo esse autor, por um lado, havia escassez de mobilizações coletivas de defesa e proteção ambiental; por outro lado, havia a presença contundente da mídia que exercia influência e pressão sobre os órgãos governamentais, para que algumas medidas fossem tomadas em relação à questão ambiental. Esse fato foi destacado também por mais de um dos nossos interlocutores:

Em 1984, todo mundo teve que fazer um tratamento secundário, e ninguém sabia como fazer isso. Se gastou horrores, mundos e fundos, se fez de tudo e tal, um monte de coisa errada. Até que em 1989, a ABQTIC – Associação Brasileira dos Químicos e Técnicos da Indústria de Couro – que começou a ter uma expressão maior, nós lá, em determinado momento, com pessoas de fora das indústrias químicas, que trabalhavam aqui, a gente conseguiu montar uma equipe para vir aqui nos dar uma mão. Então, na época, veio uma senhora, a senhora Faitys, isso foi no ano de 1989, a senhora Faitys veio aqui. Ela tinha se aposentado no Curtume Floybert que era o grande marco referencial da época áurea da Alemanha. Já estava decadente, e ela era uma senhora com 60 (sessenta) e tantos anos, aposentada, e ela foi convidada, aceitou o convite. Pagou-se (*sic*) as contas dela, não ganhou dinheiro, mas ela fez turismo no Brasil. Veio junto um ex-gerente da Bayer aqui do Brasil, Chalóik,

um holandês, ele trabalhava num curtume na Holanda, Curtume Tank da Holanda. E veio junto mais um formado recentemente com 26 (vinte e seis) anos em engenharia ambiental, também holandês. Na verdade, entrou na carona. Ele tinha alguns trabalhos interessantes na área ambiental e ele veio junto. Nós fizemos juntos um seminário em Estância Velha, um em Londrina no Paraná, e um em Campina Grande, no Nordeste. E eu fiz parte dessa comitiva porque eu já estava envolvido com a ABQTIC até as orelhas. Como eu era sócio numa empresa, mas eu tinha uma certa liberdade de manejar a minha vida, disse aos meus sócios: - vou nessa. Esse talvez tenha sido o pontapé que a gente teve de tecnologia na área de tratamento. Eu digo assim: existe um marco divisório. O antes e o depois das visitas deles. Mas foi uma iniciativa criada pelos técnicos da área de couro, porque do governo nunca ninguém se preocupou em fazer nada a não ser exigir e multar. A entidade aqui era presidida pelo Paulo Muller (AICSul), nos anos 80, e o Antenor Ferrari era o secretário da saúde ou estava ligado ao DMA - Departamento de Meio Ambiente - ou ele era um responsável ambiental, não sei. Eu sei que ele convocou o presidente da casa para as 7horas estar no gabinete dele, 19 h. E o Paulo Muller olhou e tal para o secretário executivo e disse: - Tu vais. Aí, o cara estava lá, ficou no embrulho até às 19 horas, abriram a porta e estava a TV Globo do outro lado, que era a RBS TV, filmando ao vivo e a cores. Ele comunicou que estava fechando 12 (doze) curtumes por não cumprirem as leis ambientais. Ao vivo e a cores, no ar, sem aviso, nem os curtumes sabiam. [...] Isso deixou o setor muito abalado. Porque a gente tinha, olha a gente fazia, tentava fazer e não conseguia. Então, a gente tem problemas, sim, da parte ambiental muitos que aqui nos trouxeram e que deram “pepinos” (problemas). Assim, também vamos lá, o resíduo sólido. O primeiro resíduo sólido controlado foi o do curtume em Estância Velha. Em 1989, surgiu uma área que a FEPAM disponibilizou - vocês têm que resolver e botar todos os

resíduos de vocês num lugar só. Então era uma área, foram lá compraram uma área. - Pode ser aqui? Pode. Então começaram a botar, daí a FEPAM foi lá: - Bah, está feio isso, vamos fazer o seguinte: vamos fazer uma compactação de um aterro para botar esse resíduo em cima. - É, tá, tudo bem, mas corre água para um lado, para o outro, chorume e tal, vamos fazer um buraco e impermeabilizar ele com barro e colocar dentro. - É em filtro, aí foi botado o buraco, compactação, geomembrana, fura. Compactação, geomembrana, areia, mais uma geomembrana. Tá... Tinha que parar de chover dentro - Vamos botar telhado. Assim, foi construída a norma da NBR que define hoje como é um aterro de resíduos industriais perigosos (Diretor da AIC Sul - Acervo de pesquisa 2013-2017).

Por ocasião do desenvolvimento de sua pesquisa e publicação da tese, Figueiredo (2014) mostra os limites da Teoria da Modernização Ecológica (Hajer 1995) para análise da realidade dos países localizados ao Sul do mundo. À medida que o autor avança no diálogo com Beck e Giddens sobre a teoria da sociedade de risco e da reflexividade, também demonstra os limites da Teoria da Modernização Reflexiva (Beck et. al. 2012), especialmente quando se trata da contextualização dos países e dos povos mais vulneráveis ao risco socioambiental. Ainda assim, Figueiredo (2014) não desenvolve uma crítica direta aos autores e apoia-se nessa teoria para a análise das consequências ambientais da implantação do complexo industrial de curtimentos no Vale do Sinos.

Detemo-nos, aqui, para a discussão da indústria

do curtimento por força dos próprios conflitos ambientais decorrentes do sistema de tratamento de resíduos das curtidoras. No entanto, as fábricas de calçados e componentes para calçados também enfrentavam problemas com o resíduo industrial. Durante nossa pesquisa dialogamos com moradores, gestores públicos e empresários que informaram sobre a existência de aterramentos clandestinos espalhados pelas cidades do Vale, devido à quantidade de sobras de materiais usados na produção coureiro-calçadista.

Aí eles vêm fazer um escândalo que lá na Udresa (União dos Trabalhadores em Resíduos Especiais e Saneamento) existem coisas que não estão de acordo. Lógico que existe coisas que não estão de acordo, por quê? Porque não se tinha ideia de como fazer. Agora, vocês acham que se lá estava ruim, imagina o resto como é que era? Botavam em qualquer lugar. Eu desafio qualquer um, aqui no campo de futebol, construído nos anos 90, que o terreno não seja de retalho de couro. O Fórum de Novo Hamburgo, esse antigo Fórum de Novo Hamburgo, ali entre as ruas Jaú e a Três de Outubro, ele racha porque embaixo é só couro. Ele foi construído em cima de um aterro, ali se botava resíduos. Se tu cavares vai achar couro, claro que vai achar couro, está cheio. Vocês imaginam, nos anos 80 teve muita exportação de sapato, nós chegamos a valores de um bilhão e seiscentos milhões de exportação de calçados. Nós chegamos a fazer cento e sessenta milhões de pares de sapatos para exportação. Esse retalho está em algum lugar, ele não evaporou. Alguma coisa foi consumida? - Sim, as olarias queimavam couro na boca do forno, para queimar tijolo usavam couro. - Ah, dava bicromato, dava problema? - Sim, dava. Na época, que controle tinha? Nenhum. Ninguém sabia nada. Todas essas coisas vieram

depois (Diretor da AIC Sul - Acervo de pesquisa 2013-2017).

As narrativas de nossos interlocutores revelam a (in)sustentabilidade socioambiental desse projeto de desenvolvimento econômico, de implantação da matriz operário-industrial, que, se, por um lado, trouxe prejuízos aos ecossistemas terrestre e aquático, por outro lado, suas discursividades e práticas sustentaram relações étnico-raciais desiguais no Vale do Sinos e no Rio Grande do Sul. Ademais, o ideário de progresso e desenvolvimento foi associado ao imigrante alemão, invisibilizando negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais da constituição da memória social do mundo do trabalho.

Atualiza-se e preserva-se, assim, a divisão social e racial do trabalho implantada com o processo colonizador (Quijano 2005), em que as representações e imagens do trabalho livre, assalariado, remunerado, liga-se à figura do europeu branco, civilizado, enquanto a escravidão e a servidão são associadas ao trabalho de negros e indígenas. Por isso, na perspectiva do desenvolvimento de etnografias decoloniais, é preciso atentar para a presença dos trabalhadores negros nessa matriz operário-industrial, especialmente no interior da indústria curtidora e, mais tarde, da indústria de calçados e artefatos, colocando-os, dessa forma, como protagonistas do

trabalho industrial do Vale, ao lado dos imigrantes alemães, como já apontam algumas pesquisas (Nunes et al. 2013a).

A minha mãe trabalhou em várias empresas que hoje eu nem me lembro o nome, mas sempre como costureira de calçados, e quando meu pai faleceu ela ficou com a pensão. Mas para manter três crianças não dava, então ela continuou, ela sempre trabalhou mesmo durante... Enquanto meu pai era vivo. Depois ela se manteve trabalhando e eu já estava com 11 anos e eu sempre demonstrei muita vontade de estudar, eu queria estudar, na verdade, eu não era... Não tinha toda uma inteligência, mas eu gostava de estudar, né? E ela me fez uma proposta: – Tu quer estudar, então tu cuida da casa e eu continuo trabalhando na fábrica, e cuida da tua irmã. E a minha irmã tinha um ano e meio quando o pai faleceu, eu com onze e meu irmão com dez e foi assim que aconteceu, aí a mãe continuou trabalhando em fábrica de calçado e eu estudando e cuidando da minha irmã e da casa, né? Eu tinha que fazer todo o serviço da casa. E isso foi meio que... É muito intrigante, porque na época as pessoas diziam para ela assim: – Não, bota essa guria a trabalhar, bota em uma casa de família – porque era normal que as pessoas, que as mulheres negras - Eu me lembro muito isso, as negras eram empregadas domésticas [...] então, para muitas pessoas era muito estranho que eu estivesse estudando, porque era normal colocar as meninas em casas de família para trabalhar (Trabalhadora autônoma, acervo do projeto *As comunidades negras do Vale e a memória do Trabalho*, 2012).

Ao narrar suas memórias como mulher, negra, filha de uma costureira das fábricas de calçados, nossa interlocutora não apenas ressalta a presença das mulheres negras no interior das indústrias de calçados como menciona a expectativa social em

relação ao trabalho dessas mulheres, a do trabalho doméstico, apontado como “destino”, como uma normalidade em se tratando de mulheres negras. A vinculação do trabalho doméstico com as mulheres negras não é gratuita. É fruto das imagens e representações do trabalho escravizado, que, mesmo no período de transição para o trabalho livre, as mulheres negras continuaram sendo as “protagonistas” da limpeza e do cuidado das chamadas “casas de família”. Situação que era bastante comum na região do Sinos, conforme sinalizam algumas pesquisas (Nunes et al. 2013b).

A experiência da discriminação racial e étnica, narrada por alguns interlocutores negros, não se limitava ao espaço do trabalho. Também os espaços de sociabilidade são lembrados como espaços onde se materializava uma espécie de acordo tácito entre brancos e negros, que evitavam descumprir as regras para a manutenção da convivência.

Tu sabes que eu sou da época que, por exemplo, que com uns 20 anos, eu sou da época que a Pedro Adams (uma das principais ruas da cidade) tinha duas pistas, tinha divisão, um canteiro no meio. Então, naquele tempo, tinha o Café Avenida. Eu tinha 15 anos, por aí. Aí, já entra o racismo. Entra uma parte da discriminação. O Café Avenida, a gente que era criança entrava, não tinha problema, mas normalmente negro não entrava ali pra tomar cafezinho. Não entrava. As calçadas, aquela calçada da direita, era só branco que transitava, e a da esquerda, que dá pro chafariz, ali os negros. Era dividido ali. Um pra cada lado. Não tinha problema de atravessar a rua. Era um pouquinho mais frouxo, não era que

nem o *Apartheid*, lá de Joanesburgo. Não era tão duro assim, mas tinha essa divisão: os negros andavam de um lado e os brancos de outro. [...] Aqui, no próprio Guarani (bairro), o time de futebol aqui, quando eles faziam quermesse, hoje é outro nome, mas naquele tempo era quermesse, eles faziam as quermesses aqui no bairro, ali, e eles faziam dois salões, um salão que era para os brancos e outro salão que era para os negros. Um do lado do outro. Tinha uma divisão no meio, assim, para ninguém dançar, negro com branco. Os negros iam lá dançar no salão dos negros, os brancos no salão dos brancos. (Trabalhador da indústria coureiro-calçadista, aposentado, morador do bairro Guarani, antigo bairro África. Acervo do projeto *As comunidades negras do Vale e a memória do Trabalho*. 2012).

A exclusão social e racial dos trabalhadores não acontecia apenas do ponto de vista espacial e territorial, devido à ocupação das regiões periféricas e dos vazios urbanos - regiões de banhados, várzeas e beiras de arroios - tampouco só no mundo do trabalho, mas a exclusão era também simbólica, isto é, negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais foram durante muito tempo invisibilizados nas representações e imagens que sustentaram os mitos do progresso e desenvolvimento industrial do Vale.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, abordamos as incongruências da implantação de projetos de desenvolvimento no Sul do Brasil e as consequências socioambientais que transcendem as comunidades locais e regionais.

Nessa direção, nossas experiências etnográficas, ou melhor, nossas formulações teórico-etnográficas (Peirano 2014) visam contribuir com a construção das epistemologias do Sul e, sobretudo, a partir da Antropologia, fortalecer as etnografias decoloniais. Desse modo, intentamos contribuir tanto para a desconstrução do eurocentrismo presente nas discursividades científicas quanto nas discursividades e práticas que orientam a edificação das paisagens urbanas como parte de processos concretos de expropriação territorial que nutrem as políticas públicas para a área ambiental.

De forma geral, constatamos a relevância de refletir e sobre os efeitos dos acúmulos do tempo que desenham a forma como esse processo de uma natureza colonizada vem se perpetuando no mundo contemporâneo, em particular nos países do Sul, e seus consequentes impactos em escala mundial como parte de ações de expropriação territorial. Um processo que se inicia com o domínio das técnicas de uso e manejo do solo no campo, prolonga-se com sua mecanização e, finalmente, consolida-se com a revolução mercantil e industrial.

A exploração dos recursos naturais das terras além-mar mantém-se ao longo da formação dos impérios coloniais modernos e deriva dos gestos oriundos do sistema-mundo de origem, desde os impérios do mundo pré-moderno (China,

Egito, Roma) que lhes serviram de inspiração, como podemos perceber com a leitura da teoria dos sistemas-mundo de Wallerstein (Pennaforde 2011). No entanto, a incorporação progressiva de novos territórios à colonialidade da apropriação da natureza vai absorver outros arranjos de gestos e motivações ao depositar-se nas estruturas político-administrativas dentro das ex-colônias e, mais recentemente, como parte de uma economia do mundo moderno/colonial que mobiliza novas assimetrias de poder, não apenas entre os novos Estados-nações que passaram por um processo de descolonização das suas antigas administrações centrais (interestatal), mas também internamente, na esfera do sistema intraestatal.

Em termos da “questão ambiental”, a matéria que atribui uma forma aos nossos grandes centros urbanos industriais em escala é herdeira de experiências diferenciadas que foram armazenadas e depositadas no tempo pelo Ocidente moderno e expandidas para o mundo, considerando-se a universalidade da humanidade e do seu ambiente cósmico. Mas essa herança, ao chegar em outros mundos, revela-se mais predatória do que se apresentou no processo civilizacional da Europa ocidental. Isso por dois motivos. Primeiro, porque o processo de formação dos impérios coloniais translada para outras regiões do planeta, como o Novo Mundo, uma forma de exploração da

natureza que condensa o que tem de pior das experiências vividas pelos conquistadores em suas terras de origem. Segundo, porque essa herança comprimida de mercantilização da natureza que se exporta para outras regiões do planeta se impõe em outros ecossistemas que não são os de origem.

A perspectiva de construção de etnografias decoloniais, portanto, vem ao encontro da formulação e consolidação de estudos críticos aos modelos de desenvolvimento implantados no Brasil e na América Latina. Realizamos, a partir da Etnografia da Duração e dos Estudos da Decolonialidade, uma reflexão sobre a possibilidade de compreensão e interpretação do processo de formação dos grandes centros metropolitanos latino-americanos.

Antropólogos (as) do Sul do mundo veem-se diante da tarefa de construção de etnografias decoloniais que possam contrapor às concepções e práticas que duram no tempo e sustentam a colonialidade do poder e do saber (Quijano 2005;

2014), a apresentação de vozes dissonantes, que não somente atestam as descontinuidades e heterogeneidades das sociedades complexas, moderno-contemporâneas (Velho 1993), mas que se colocam como sujeitos ativos das narrativas acerca das paisagens urbanas e dos arranjos cidade e natureza.

A utilização da expressão ‘etnografias decoloniais’ situa nossos trabalhos no contexto da produção de uma crítica cultural aos modelos de desenvolvimento e (in)sustentabilidade socioambiental implantados no Brasil e na América Latina. Nessa perspectiva, as etnografias decoloniais estimulam a reflexão tanto epistemológica quanto metodológica acerca da produção e reprodução do conhecimento e da relação sujeito e objeto, contextualizando ambos, pesquisador e objeto de investigação, diante dos projetos de “desenvolvimento” em curso, materializados em nível local/regional, mas articulados e tensionados pelas esferas nacional e global.

## REFERÊNCIAS

- Alimonda, Héctor. 2011. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana, in *La Naturaleza Colonizada: ecología política e mineria en America Latina*, pp. 21-58. Buenos Aires: CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>
- Bachelard, Gaston. 1985. *O Novo Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Bachelard, Gaston. 1988. *A Dialética da Duração*. São Paulo: Ática.
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lasch, Scott; Rizek e Cibele Saiba. 2012. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Edunesp.
- Comaroff, Jean e Comaroff, John. 2010. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. *Proa – Revista de Antropologia e Arte*. 1 (2): 1-73.
- Crosby, Alfred W. 1986. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge University Press.
- Devos, Rafael Vitorino. 2007. A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque estadual Delta do Jacuí. Tese de doutorado, Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Devos, Rafael Vitorino. 2009. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*. 12 (2): 293-306. <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a06v12n2.pdf>
- Durand, Gilbert. 1983. *Mito e Sociedade: a mitanálise e a sociologia das profundezas*. Lisboa: Regra do Jogo.
- Durand, Gilbert. 1984. *Les Structures Anthropologiques de le Imaginaire*. Paris: Dunod.
- Durand, Gilbert. 1989. *Beaux-arts et Archétypes: la religion de l'art*. Paris: PUF.
- Durand, Gilbert. 1992. *Figures Mythiques et Visages de l' Oeuvre: de la mythocritique à la mythanalyse*. Paris: Dunod.
- Durand, Gilbert. 2007. L'Anthropologie et les Structures du Complexe. *Sociétés*. 4 (98): 7-13.
- Eckert, Cornelia e Rocha, Ana Luiza. 2013. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavisual.

Figueiredo, João Alcione Sganderla. 2014. *La Cuestión del Riesgo Industrial, Tecnológico y Ambiental: indiferencia o necesidades insatisfechas?* Porto Alegre: Cirkula.

Forêts, Robert Harrison. 1992. *Essai sur l’imaginaire occidental*. Paris: Flammarion.

Hajer, Maarten A. 1995. *The Politics of Environmental Discourse: ecological modernization and the policy process*. Oxford: Clarendon Press.

Holanda, Sérgio Buarque. 2000. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Leff, Enrique. 2015. Political Ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. 35 (5):65-88.

Lekan, Thomas e Zeller, Thomas. 2005. *Germany’s nature: cultural landscapes and environmental history*. Piscataway: Rutgers University Press.

Little, Paul E. 2004. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas in I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, SP.

Little, Paul E. 2006. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes antropológicos*. 12 (25): 85-103.

Lopes, José Sérgio Leite. 2006. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*. 12(25):31-64.

Martinez-Alier, Joan. 2007. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Editora Contexto.

Martinez-Alier, Joan; Milanez, Felipe. 2015. Ecologismo dos pobres, colonialismo e metabolismo social. *InSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais*. 1 (2): 8-18.

Morse, Richard. 1988. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras.

Nunes, Margarete Fagundes. 2009. *O Negro no Mundo Alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Nunes, Margarete Fagundes; Rocha, Ana Luiza Carvalho da. 2009. Etnografando narrativas étnicas no espaço da cidade: os negros e as ações afirmativas na sociedade brasileira contemporânea. *Revista Iluminuras*. 10 (23): 1-28.

Nunes, Margarete Fagundes; Rocha, Ana Luiza Carvalho da, Magalhães, Magna Lima Júnior e Norberto Kuhn. 2013a. Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. *Etnográfica*. 17 (2): 269-291. <https://journals.openedition.org/etnografica/3122>

Nunes, Margarete Fagundes; Magalhães, Magna Lima e Rocha, Ana Luiza Carvalho da. 2013b. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de Vó Nair. *Horizontes Antropológicos*. 19 (39):269-292.

Nunes, Margarete Fagundes; Rocha, Ana Luiza Carvalho da e Figueiredo, João Alcione Sganderla. 2015. Sinos River Hydrographic Basin: urban occupation, industrialization and environmental memory. *Brazilian Journal Biology*. 75 (4): 3-9.

Nunes, Margarete Fagundes; Rocha, Ana Luiza Carvalho da e Figueiredo, João Alcione Sganderla. 2019. The memory of labour and environmental memory: the tannery industries of the Sinos River Valley/RS. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 21 (1):173-188. [https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v21n1/en\\_2317-1529-rbeur-21-01-173.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v21n1/en_2317-1529-rbeur-21-01-173.pdf)

Peirano, Mariza. 2014. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*. 20 (42): 377-391. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832014000200015](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015)

Pennaforte, Charles. 2011. *Análise dos Sistemas-Mundo: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein*. Rio de Janeiro: CENEGRI.

Petry, Leopoldo. 1944. *O município de Novo Hamburgo: monografia*. Porto Alegre: A Nação.

Pesavento, Sandra Jatahy. 2002. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Porto, Aurélio. 1934. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sta Terezinha.

Quijano, Anibal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Organizado por E. Lander, pp. 107-130. Buenos Aires: Clacso. [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

Quijano, Anibal. 2014. Colonialidad del poder y clasificación social, in Aníbal Quijano - *Cuestiones y Horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Organizado por Clímaco, D., pp.285-327. Antologías\Clacso.<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>

Quijano, Anibal e Wallerstein, Imanuel. 1992. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. *International Social Science Journal* 134:549-557.

Rocha, Ana Luiza. 1994. *Le Sanctuaire du Desordre ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques: Etude de l'esthétique urbaine et la mémoire collective au sud du Brésil*. Tese de doutorado, Université Rene Descartes, Sorbonne, Paris. <https://www.ufrgs.br/biev/livros-e-artigos-2/>

Rocha, Ana Luiza. 1995. A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil, in *Territórios do cotidiano, uma introdução a novos olhares e experiências*. Organizado por Mesquita, Zilé e Brandão, Carlos Rodrigues. Porto Alegre e Santa Cruz: UFRGS/UNISC.

Rocha, Ana Luiza e Eckert, Cornelia. 2005. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: UFRGS.

Rocha, Ana Luiza Carvalho da; Margarete Fagundes Nunes e Figueiredo, João Alcione Sganderla. 2016. Paisagens e territorialidades da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: uma etnografia do trabalho e da memória ambiental, in *Rio dos Sinos e Qualidade Ambiental*. pp. Rodrigues, M.A.S.; Kayser, A.C. e Pedde, V. pp. 17-43. Porto Alegre: Evangraf.

Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula. 2009. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

Schemes, Claudia; Maroneze, Luiz Antônio Gloger e Júnior, Norberto Kuhn. 2013. Imaginário e relações

de trabalho no jornal “O 5 de Abril”: o discurso da cidade industrial harmônica na Novo Hamburgo dos anos de 1920 e 1930. *Sessões do Imaginário*. 18(30): 36-47.

Selbach, Jeferson Francisco. 2009. *Cumplicidade e traição: a Novo Hamburgo dos anos 40 e 50 na pena do cronista Ercilio Rosa*. São Luís: EDUFMA.

Shiva, Vandana. 2002. *Monoculturas da mente*. São Paul: Gaia.

Simmel, Georg. 1988. *La Tragédie de la Culture*. Paris: Rivages.

Simmel, Georg. 1996. A filosofia da paisagem. *Revista Política & Trabalho*. 12:15-24. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6380>

Souza, Laura de Mello e. 1993. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, Laura de Mello e. 2009. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Svampa, Maristella. 2016. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas, in *Descolonizar o imaginário*, organizado por G. Dilger, M. Lang, e J. Filho. São Paulo: Elefante.

Taussig, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Silva, Janice Theodoro. 1992. *América Barroca: tema e variações*. São Paulo: EDUSP.

Todorov, Tzvetan. 1982. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.

Welles, Orson. *A dama de Shanghai*. 1948. Estados Unidos (87 min).

Velho, Gilberto. 2003. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.